PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, por meio do seu Assessor Jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar Parecer para a abertura de procedimento licitatório para a Contratação de serviços especializados para confecção e reparo de próteses dentárias.

O objetivo de uma licitação em si é contratar a proposta mais vantajosa para a administração pública, primando pelos princípios da competitividade, legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, publicidade e eficiência. Licitar é regra, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o art. 2º da Lei 8.666/93.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a sua realização. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra: as Dispensas de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 24 e 25 e seus respectivos incisos da Lei n. 8.666/93, que em um rol taxativo, prevê estritamente as possibilidades de uma contratação direta sem a necessidade de um processo licitatório. Ressalto que o mesmo deve atender ao estabelecido no art. 26 da Lei n. 8.666/93.

Analisando a solicitação de licitação com os respectivos orçamentos encaminhada pela Secretaria de Saúde visando contratação do objeto, indico a adoção da modalidade Dispensa de Licitação por Justificativa, baseando no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, o qual diz:

Art. 24. É dispensável a licitação:

Inciso: IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e interruptos, contados da

emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

O Município contratou através do Processo Licitatório nº 4544/2019 empresa para realizar serviços de confecção e reparo de próteses para atendimento da população. Todavia, foram constatadas falhas na execução do contrato que impediram sua execução, as quais ensejaram na instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade da contratada. Desse modo, considerando que o processo administrativo encontra-se em andamento e os serviços contratados não estão sendo executados satisfatoriamente, tampouco condizem com a necessidade da Secretaria da Saúde, é necessário que seja realizada contratação emergencial para atendimento da demanda atual, para que a população não fique desassistida. O Município é credenciado no Programa Regional de Prótese Dentária (LRPD) e o Ministério da Saúde repassa mensalmente recurso ao município para confecção de próteses dentárias de acordo com uma faixa de produção a ser confeccionada. Desse modo, justifica-se a contratação emergencial para continuidade no atendimento, por período determinado, até a finalização do processo administrativo em questão e/ou realização de uma nova contratação através de pregão.

Vale ressaltar, da mesma forma, a justificativa prevista no Processo Licitatório nº 4544/2019, a também se aplica para o presente caso: “é necessária abertura de licitação visto que foi dada continuidade ao Programa do Governo Federal que custeia parcialmente a confecção e reparo de prótese dentária para os pacientes edêntulos ou que necessitam de prótese parcial ou a substituição das próteses antigas. A Prótese Dentária é responsável pela reposição de tecidos bucais e dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde bucal. O seu principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. É importante lembrar que, além da questão estética, a diminuição da capacidade de mastigação, ocasionada pela falta de dentes, podem provocar outras alterações funcionais como as fonéticas, de oclusão, afetando ainda o bem estar físico, psicológico e social do paciente. A

consecução do objeto dessa licitação propicia aos cidadãos melhor qualidade de vida através do perfeito funcionamento do sistema mastigatório e tem influência direta na comunicação, alinhamento dos dentes e até auto estima por melhorar sua aparência e seu sorriso. Considerando a viabilidade, devido à inexistência de protético no quadro de servidores, assim como a falta de espaço físico e complexidade na aquisição dos materiais necessários, o objeto contemplará todas as etapas necessárias, desde a confecção de modelos de gesso, moldeira individual, placa de mordida para registro oclusal, montagem dos dentes em cera para prova, acrilização, fundição de liga metálica para PPR, entre outros”.

Desse modo, a dispensa de licitação com base no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 é viável, pois atende as condições dispostas no referido inciso.

Segundo informa a indicação contábil verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Desta forma, a Assessoria Jurídica delibera pela realização do procedimento licitatório, nos moldes elencados no presente parecer.

Ubiratã - Paraná, 28 de novembro de 2019.

DUARTE XAVIER DE MORAIS
Assessor Jurídico
OAB n° 48.534/PR